

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/04/2026 - 9h30 Museu da Água – Indaiatuba/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
CATI	Antônio Lopes Júnior (T)
DAAE Rio Claro	Ananias Rios de Souza Junior (S)
DAE Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
DAE Jundiaí	Cláudia Debroy de Campos (S)
	Nádia Zacharczuk (S)
	Rita de Cassia Caneco Garcia (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
	Rafael Licerre (S)
Edisonda	Sara Giandomingo (S)
Elogi Soluções Ambientais	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
GEOBLUE	Liandra Leite (S)
INEVAT	Cecília de Barros Aranha (T)
P.M. de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
P.M de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M de Indaiatuba	Alex Augusto de Abreu Bovo (S)
P.M de Jundiaí	Cláudia Debroy de Campos (T)
P.M de Limeira	Tales de Deus Diniz (S)
P.M de Valinhos	Marina Boralli (T)
Química Amparo Ltda	Karla Torres Nascimento (S)
	Stephani Cristine de Souza Lima (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (T)
SAAE Atibaia	Uelinton Ramos Matias (T)
	Tiago Gomes (S)
SABESP	Pedro Cardoso Franco de Camargo (T)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)
SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano (T)

Membros ausentes	
AEAP	
BRK Ambiental	
DAEV	
P.M de Analândia	
P.M de Itupeva	
P.M de Rio Claro	
P.M de Salto	
SAAEJA	
SANEBAVI	

Demais presentes	
Campo Limpo Paulista	Marcio dos Santos

CONIRPI/SAAE Indaiatuba	Vanessa Kuhl
DAE Jundiaí	Elis Calegari
DAE Jundiaí (JVPCJ)	Leticia Sanduvetti Calderan
Edisonda	Julia Vieira
Fundação Agência das Bacias PCJ	José Cezario
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Taina Moura
Thamiris Cardoso	
P.M de Valinhos	Theophilo Olyntho de Arruda Neto
Rural Tech	Luiz Henrique Cardia
SAAE Indaiatuba	Francisco C. F. Maia
Semil / DRHi	Nilceia Franchi
Unicamp	André Luís Sotero Salustiano Martim
	Hugo de Oliveira Fagundes
	José Anderson do Nascimento Batista

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos dezessete dias de abril de 2026, realizou-se no Auditório do Museu da Água em Indaiatuba/SP, a 121ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 10 de abril de 2026. **2. Abertura da 121ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL):** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e coordenadora da CT-OL e pela Sra. Cláudia Debroy de Campos, representante da DAE Jundiaí e da Prefeitura Municipal de Jundiaí (P.M de Jundiaí), coordenadora-adjunta da CT-OL. Em seguida, agradeceram a presença de todos e informaram a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, a Sra. Ariana prosseguiu com os itens de pauta. **3. Informes:** A Sra. Ariana passou para os informes. **3.1. da Coordenação:** A Sra. Ariana informou a ocorrência de um imprevisto no escritório da SP Águas, em Piracicaba/SP, que tem impossibilitado temporariamente o atendimento presencial e telefônico. Orientou que eventuais demandas sejam encaminhadas por e-mail até a normalização das atividades e comprometeu-se a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/04/2026 - 9h30 Museu da Água – Indaiatuba/SP

comunicar o restabelecimento dos atendimentos assim que possível. **3.2. dos membros:** A Sra. Ariana consultou os membros sobre a existência de informes. Em seguida, a Sra. Cecília, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT), informou sobre o estudo de “Definição de diretrizes técnicas e estratégias institucionais para subsidiar a integração do planejamento das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) da bacia do Rio Tietê”, o qual aborda aspectos relacionados à vertente do Tietê. Ressaltou que o material apresenta diretrizes técnicas e estratégias institucionais, estando disponível para consulta por meio de [link](#). Complementando, a Sra. Nilceia Franchi, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), destacou que o estudo também contempla a avaliação dos planos de bacia de todas as UGRHs, realizada pela empresa contratada Regea, evidenciando pontos fortes e oportunidades de melhoria desses instrumentos. Ressaltou, ainda, que o documento reúne informações relevantes sobre a qualidade e a disponibilidade hídrica do Rio Tietê. **3.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou os informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-OL e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes das seguintes entidades: **i. Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA):** solicitando a inclusão da Sra. Simeire Aparecida Manarin Rocha para representante suplente; **ii. DAE Jundiá:** solicitando a inclusão da Sra. Ana Paula Maria Regra para representante suplente; **iii. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP):** solicitando a inclusão das Sras. Caroline Ferreira dos Santos e Amanda dos Reis Teixeira para representante suplente. Como essas alterações são de entidades já participantes na CT, o informe é passado apenas para ciência sem a necessidade de aprovação dos membros; **b) Exclusão de membros:** informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi encaminhado um

ofício comunicando a exclusão da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Prefeitura Municipal de Hortolândia (P.M de Hortolândia), Prefeitura Municipal de Louveira (P.M de Louveira), Prefeitura Municipal de Morungaba (P.M de Morungaba), Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (P.M de Várzea Paulista) e Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto (SAAE Salto). Assim, reforçou que o membro excluído só poderá voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2027-2029). **4. Aprovação da minuta de ata da reunião anterior:** A Sra. Ariana informou que a minuta da ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 20/02/26, por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo solicitações, colocou em votação, sendo aprovadas por unanimidade. **5. Apresentação "Estimativa de Poluição Difusa: Estudo de caso do Ribeirão Pirai" - Palestrante: Luiz Henrique Cardia:** A Sra. Ariana passou a palavra ao Sr. Luiz Henrique Cardia Dantas, representante da Rural Tech, para dar início à apresentação intitulada “Estimativa de Poluição Difusa: Estudo de Caso do Ribeirão Pirai”. O Sr. Luiz Henrique apresentou os dados de disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ, adaptados do Relatório de Situação da Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) 2018 e do Relatório de Situação das Bacias PCJ de 2025. Destacou a redução progressiva da disponibilidade hídrica per capita na região observada desde 2011, ressaltando que os índices atuais se encontram abaixo do limite considerado crítico, o que reforça a urgência em se preservar a qualidade da água. Na sequência, foram abordados os conceitos de poluição e de poluição difusa de origem pluvial, fundamentados na Resolução ANA nº 245/2025, de 17 de março de 2025. Explicou que os poluentes acumulados sobre o solo e sobre superfícies impermeabilizadas são transportados pelo escoamento superficial das chuvas, contribuindo diretamente para o aporte de fósforo e nitrogênio nos corpos hídricos. O Sr. Luiz Henrique informou que o estudo foi desenvolvido no contexto da implantação da Barragem do Ribeirão Pirai, conduzida pelo Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRPI), que envolve os municípios de Salto,



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS
Ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/04/2026 - 9h30
Museu da Água – Indaiatuba/SP

Indaiatuba, Cabreúva e Itu, com o objetivo de prever a qualidade da água do futuro reservatório destinado ao abastecimento público. Ressaltou que o trabalho atendeu estritamente às condicionantes da Licença Prévia (LP), contemplando a previsão do estado trófico, a identificação de áreas críticas e a avaliação das cargas pontuais e difusas de nutrientes. O levantamento foi desenvolvido em parceria com pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), utilizando dados integrados do DAEE (atual SP Águas), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de imagens do satélite Sentinel-2, Modelos Digitais de Elevação do programa ALOS PALSAR e bibliografia especializada. Informou que, inicialmente, foi aplicado o modelo de Streeter-Phelps para avaliar o comportamento do oxigênio dissolvido (OD) no Ribeirão Pirai, identificando trechos com redução significativa de seus níveis. Contudo, em razão de recomendação da Cetesb para a adoção de modelagens baseadas em fósforo e nitrogênio, o modelo foi substituído. Nesse sentido, foi utilizado o modelo de Vollenweider, adaptado de 1982 de Castagnino voltada para a realidade tropical brasileira, a qual considera a influência de temperaturas mais elevadas nos processos de sedimentação e no crescimento do fitoplâncton. Foram expostos os critérios para a classificação das cargas poluidoras conforme o uso e ocupação do solo, explicitando que áreas de matas e florestas apresentam baixa carga de fósforo e menor perda de solo devido à proteção da cobertura vegetal. Em contrapartida, áreas agrícolas e urbanas contribuem com maiores cargas de nutrientes (fósforo e nitrogênio), provocando o aumento da concentração de algas, a intensificação de processos erosivos e o consequente assoreamento dos corpos d'água. Após detalhar os conceitos de eutrofização e as classificações dos estados tróficos (ultraoligotrófico, oligotrófico, mesotrófico e eutrófico), o Sr. Luiz Henrique comentou que o nível mesotrófico é apenas tolerável para o abastecimento público. As simulações baseadas nos dados da Cetesb indicaram concentrações elevadas de fósforo em trechos específicos da bacia, sobretudo em áreas urbanizadas, desenhando um cenário preocupante para o reservatório em períodos de estiagem. Contudo, destacou que a recuperação das

Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas combinada à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Jacaré (dotada de sistema de remoção terciária de fósforo e nitrogênio) demonstrou potencial para uma melhoria expressiva. Com o auxílio de imagens de satélite e a aplicação do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), simulou que a adoção conjunta dessas medidas e a redução das cargas poluidoras permitiriam ao reservatório atingir a condição oligotrófica, ideal para o abastecimento público. Informou, por fim, que o relatório técnico foi plenamente aprovado, viabilizando a obtenção da Licença de Instalação (LI) e o avanço das obras da barragem. Concluindo, o Sr. Luiz Henrique ressaltou que o modelo de Streeter-Phelps mostrou limitações para simular cenários futuros, ao passo que o modelo de Vollenweider adaptado por Castagnino foi mais preciso para avaliar cargas de fósforo e mapear áreas críticas. Enfatizou a relevância das bases de dados do sistema InfoÁguas da Cetesb e da SP Águas, além do uso de tecnologias geoespaciais disruptivas como a aerofotogrametria, ortofotos de alta resolução, escaneamento LIDAR e modelagem tridimensional do terreno. Tais ferramentas viabilizam a identificação de processos erosivos, lançamentos clandestinos e outras interferências com alto nível de detalhamento, otimizando o monitoramento e a gestão de recursos hídricos. Diante disso, a Sra. Vanessa Kuhl, representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Indaiatuba e Secretária Executiva do CONIRPI, comentou que a poluição difusa exerce um impacto na carga de fósforo da bacia que, frequentemente, supera o dos lançamentos pontuais de esgoto doméstico. Ressaltou que, embora as contribuições pontuais sejam relevantes, os dados evidenciam a necessidade urgente de ações integradas de manejo territorial e prevenção, associando os meios urbano e rural por meio de recuperação ambiental e soluções baseadas na natureza. Informou, ainda, que o CONIRPI já submeteu à Cetesb um programa de qualidade para a bacia estruturado a partir da modelagem apresentada e que se encontram em andamento tratativas com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa focado em soluções inovadoras e replicáveis para a preservação de mananciais na região PCJ. Na sequência, os membros discutiram sobre o assunto e



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS
Ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/04/2026 - 9h30
Museu da Água – Indaiatuba/SP

sanaram as dúvidas que foram esclarecidas pelo Sr. Luiz. Não havendo mais manifestações, a Sra. Ariana agradeceu as contribuições, passando ao próximo item de pauta. **6. Grupo de Trabalho de Usos da Água, Legislação e Difusão de Informações em Recursos Hídricos (GT-Usos da Água e Difusão):** o Sr. Antonio Lopes, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), na qualidade de coordenador do GT-Usos da Água e Difusão, apresentou o relato das atividades do grupo. Informou sobre a realização de reunião do GT destinada à discussão da política de outorga e das barreiras enfrentadas pelos produtores rurais para a regularização dos usos da água. Foram detalhadas dificuldades operacionais que envolvem desde a distinção técnica entre outorga e dispensa até o cálculo de volumes captados e as exigências para cadastramento. O Sr. Antonio ressaltou a necessidade de simplificação das políticas de outorga e licenciamento, com foco especial nos usos voltados à produção de alimentos, além do fortalecimento do apoio institucional ao produtor. Apontou que o elevado índice de usuários não regularizados compromete diretamente a gestão dos recursos hídricos e o monitoramento das captações. Diante disso, o grupo debateu a viabilidade da instalação de hidrômetros, condicionada à oferta de suporte técnico e financeiro aos produtores. Nesse sentido, o Sr. Antonio comentou sobre algumas implicações nos processos de regularização, como o envelhecimento da população rural, citando dados do IBGE que indicam que aproximadamente 46% dos produtores possuem mais de 55 anos. Ressaltou que pequenos e médios produtores sofrem com a rigidez dos sistemas digitais de cadastramento, como por exemplo a exigência de e-mail para a abertura de processos, além de sofrerem com restrições financeiras para a contratação de consultoria técnica especializada. Por fim, o Sr. Antonio convidou os membros a ampliarem a participação no GT, ressaltando que um colegiado mais plural agrega nos debates, nas diferentes perspectivas e confere agilidade no esclarecimento de dúvidas. Na sequência, a Sra. Nádia, representante da DAE Jundiá informou o andamento das discussões relativas à nova deliberação de usos prioritários da água, temática que se encontra sob análise na Câmara Técnica de Gestão de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos (CTUM) do Conselho Estadual de

Recursos Hídricos (CRH), a qual deverá ser oportunamente enviada aos Comitês para contribuições. Nesse sentido, manifestou preocupação quanto à governança de poços individuais pelas concessionárias face às metas de universalização do saneamento. Explicou que, para que tais captações contenham nos indicadores de universalização, as concessionárias precisarão assumir sua gestão. Diante disso, levantou questionamentos sobre a divisão de competências de fiscalização, o monitoramento da qualidade da água e a articulação com a SP Águas, especialmente no que tange as notificações, acesso a propriedades privadas e regularização de usuários. Ressaltou que a ausência da gestão dessas captações isoladas já penaliza o desempenho dos municípios em rankings nacionais, como o do Instituto Trata Brasil, exigindo um debate amplo entre os órgãos e instituições envolvidas. Complementando, o Sr. Antonio informou que a Sabesp vem conduzindo um levantamento censitário nas áreas rurais sob sua área de abrangência. Esse censo inclui o mapeamento georreferenciado de poços, fossas sépticas e fossas rudimentares. Destacou que a companhia cruza bases de dados integradas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Programa Rotas Rurais e o IBGE, para identificar com precisão as propriedades, domicílios e infraestruturas existentes, criando um diagnóstico sólido para futuras ações de ordenamento territorial e regularização hídrica. Nesse sentido, a Sra. Nilceia comentou sobre os desdobramentos na Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário 1 – Sudeste (URAE-1). Informou que, por meio de sua estrutura técnica e do Programa Universaliza, a URAE-1 está coordenando metas e balizamentos regulatórios para que municípios e concessionárias atinjam as metas de universalização em prazos predefinidos. Confirmou, ainda, que há tratativas avançadas junto à Secretaria de Agricultura para a integração sistêmica das bases de dados do CAR e do Rotas Rurais no cadastramento das áreas rurais. Encerrando o debate, a Sra. Ariana esclareceu que já existem articulações institucionais entre SP Águas, Cetesb e demais órgãos com o propósito de aperfeiçoar os fluxos de regularização e promover a integração dos sistemas eletrônicos. Ressaltou que as discussões atuais estão focadas na revisão dos sistemas atualmente utilizados, levando em consideração as dificuldades

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/04/2026 - 9h30 Museu da Água – Indaiatuba/SP

técnicas dos usuários no acompanhamento da outorga eletrônica. **7. Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos D'água (GT-Enquadramento):** A Sra. Ariana informou que, na última reunião do GT-Enquadramento, foi eleita para assumir a coordenação GT. Relatou que a pauta principal da reunião foi a discussão do relatório do Rio Jundiáí, destacando que o documento se encontra em atraso, pois ainda não foi disponibilizado e nem aprovado. Ressaltou que o GT tem como objetivo retomar e revisar os conceitos de enquadramento, visando subsidiar futuras propostas de cursos d'água, especialmente diante da ausência de uma regulamentação específica no Estado de São Paulo. Por fim, comunicou que a próxima reunião do grupo está prevista para o mês de maio, aguardando apenas o retorno sobre o andamento do relatório para a confirmação da data. **8. Apresentação sobre Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: Critérios e metas - SE/PCJ:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Thamiris Cardoso, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, explicou que sua fala tinha como objetivo apresentar os critérios e metas anuais de capacitação dos membros. Trouxe uma breve contextualização sobre o papel dos Comitês PCJ e sobre a relevância da capacitação, destacando a importância do preparo contínuo diante da diversidade e complexidade dos temas tratados nas Câmaras Técnicas, visando qualificar a participação, reduzir assimetrias de conhecimento, fortalecer o embasamento técnico das decisões e possibilitar a integração entre teoria e a prática. A institucionalização do tema se dá com a aprovação e implementação do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, instrumento orientador das ações de capacitação, elaborado em 2021, inicialmente para atender a uma exigência do Programa Nacional de Fortalecimento de Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O plano possui um horizonte de atuação de 5 anos, cuja versão mais recente foi aprovada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 531/25](#), com vigência até 2030. Além de estar alinhado com instrumentos internos como Plano de Bacias e a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, o plano também atende aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que estabelece a metodologia de

distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Ressaltou que a capacitação corresponde a 25% da pontuação dos indicadores utilizados na distribuição dos recursos, sendo necessário capacitar mais de 50% dos membros anualmente para obtenção da pontuação máxima. Com relação aos cursos, orientou que sejam realizados dentro das temáticas de meio ambiente e recursos hídricos, dentro do ano vigente (2026), incluindo cursos técnicos, especializações, cursos online e participação em eventos, palestras e workshops, independentemente de serem promovidos ou não pelos Comitês PCJ. Citou como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), bem como o portal de capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), cujo catálogo de cursos está incorporado à plataforma da Escola Virtual de Governo ([EV.G](#)). Destacou que o processo de capacitação é contínuo, ocorrendo também no âmbito das reuniões das Câmaras Técnicas, plenárias e grupos de trabalho. Complementarmente, orientou que os certificados devem ser encaminhados ao [e-mail](#) da Secretaria Executiva, sendo fundamentais para o registro e acompanhamento das metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, bem como do indicador 2 previsto na Deliberação CRH nº 248/2021. Por fim, reforçou o papel dos membros na busca por formação contínua e no envio dos comprovantes, contribuindo diretamente para o desempenho institucional dos Comitês PCJ e para a ampliação do acesso aos recursos financeiros. **9. Outros assuntos:** A Sra. Ariana abriu a palavra para outros assuntos, sendo: **a)** A Sra. Ariana informou sobre a Consulta Pública SP Águas nº 01/2026 ([link](#)), cujo objeto é a proposta de deliberação que estabelece procedimentos, diretrizes e critérios para obtenção de outorga. Explicou que a iniciativa visa subsidiar o aprimoramento da normativa a partir da coleta de contribuições dos diversos setores envolvidos, destacando que o período para envio de sugestões está previsto para 24 de abril com prazo até 25 de maio. Em seguida, propôs a realização de uma reunião no âmbito do GT-Usos para análise conjunta do material, o qual já foi previamente disponibilizado para leitura dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-OL - 17/04/2026 - 9h30 Museu da Água – Indaiatuba/SP

membros. Ressaltou a importância de o grupo avaliar as propostas apresentadas com base em apontamentos já realizados anteriormente pela Câmara Técnica, visando à elaboração de contribuições complementares. Ressaltou que a nova proposta pode implicar o aumento de exigências documentais, o que traria dificuldades de atendimento por parte dos usuários; **b)** A Sra. Cláudia Debroi destacou que, com base em sua experiência nas Câmaras Técnicas, os debates mais aprofundados, o detalhamento de contribuições e o esclarecimento de dúvidas ocorrem de maneira mais efetiva no âmbito dos GTs, reforçando o convite para a participação de todos. Salientou que esses espaços possibilitam a análise minuciosa de estudos e o amadurecimento técnico de temas que, posteriormente, subsidiarão as deliberações aprovadas pelos Comitês PCJ. Ressaltou a relevância da presença dos membros nos grupos, por constituírem ambientes fundamentais para o fortalecimento das discussões e para a qualificação das propostas apresentadas pelo grupo. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, Coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença de todos, e em especial ao Museu da Água de Indaiatuba pela cessão do espaço, e deu por encerrada a reunião.

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora da CT-OL

Cláudia Debroi de Campos
Coordenadora-adjunta da CT-OL